GRAACC
COMBATENDO E VENCENDO O CÂNCER INFANTIL

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC

Demonstração Financeiras em 31 de dezembro de 2011, 2010 e de 2009 e parecer dos auditores independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros de Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.
Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras
Conforme mencionado na nota explicativa 3 às demonstrações financeiras, a Entidade reavaliou seu ativo imobilizado em setembro de 2002 e não respeitou a prática contábil adotada no Brasil vigente à época que determinava uma nova reavaliação dos bens do ativo imobilizado reavaliados a cada quatro anos. Adicionalmente, a Entidade não efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício de 2011. Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos sobre o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 e correspondentes impactos no superávit do exercício e patrimônio social do exercício findo nessa data.
A Entidade possui pessoas físicas que atuam de forma regular e contínua prestando serviços à Entidade na forma de voluntários. A Entidade não mensurou os efeitos desse trabalho voluntário conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, os saldos de receitas com doações e custos hospitalares não contemplam o valorização dos trabalhos voluntários.
Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de abril de 2011, que contem ressalvas sobre a não realização de reavaliações periódicas em função da Entidade ter reavaliado seus ativos imobilizados no exercício de 2002 e por não ter sido apurada e contabilizada a depreciação dos bens do ativo imobilizado baseada na nova vida útil dos ativos e também pelo fato da Entidade possuir parte de suas receitas advinda de doações que somente podem ser identificadas quando registradas contabilmente.
Reclassificação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior
Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2011, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 27 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as Demonstrações Financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de abril de 2012
KPMG Auditores Independentes / CRC 2SP014428/O-6
Marcos Antonio Boscolo / Contador CRC 1SP198789/O-0

Balanços patrimoniais - em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 (em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2011	2010	01/01/2010
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.805	11.029	7.775
Aplicações Financeiras	4	3.845	1.218	1.064
Créditos a Receber	5	4.171	2.947	2.293
Estoques	6	2.279	2.151	1.914
Demais contas a receber		311	412	146
Total do ativo circulante		26.411	17.757	12.691
Depósitos judiciais		99	92	21
Imobilizado	7	26.322	20.313	16.014
Intangível		48	145	255
Diferido		19	99	178
Total do ativo não circulante		26.488	20.649	16.469
Total do ativo		52.899	38.406	29.160

Passivo	Nota	2011	2010 Ajustado	01/01/2010
Fornecedores		3.086	2.221	1.621
Financiamentos		139	126	-
Salários e encargos sociais	8	3.741	2.999	2.478
Obrigações fiscais a recolher		631	414	294
Contingências trabalhistas	9	177	183	146
Outras Obrigações		7	14	14
Receitas Diferidas		4.003	1.218	1.064
Total do passivo circulante		11.784	7.175	5.618
Contingências trabalhistas	9	358	442	325
Financiamentos		126	252	-
Receitas Diferidas	10	9.300	4.447	-
Total do passivo não circulante		9.784	5.141	325
Patrimônio líquido	12			
Patrimônio social		25.639	22.569	19.020
Reservas de reavaliação		451	648	845
Superávit do exercício		5.241	2.873	3.352
Total do patrimônio líquido		31.331	26.090	23.217
Total do passivo		52.899	38.406	29.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010 Ajustado
Receitas com serviços prestados	14	18.511	14.726
Custos hospitalares	15	(39.241)	(31.017)
(Déficit) bruto		(20.730)	(16.291)
Despesas administrativas		(5.320)	(4.150)
Outras receitas (despesas) líquidas	16	30.876	23.163
Outros perdas líquidas		52	(457)
Superávit operacional		4.878	2.265
Financeiras líquidas	17	363	608
Superávit do exercício		5.241	2.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		5.241	2.873
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Depreciação e amortização	7	2.440	2.057
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	8	464
receita com doação de bens do Imobilizado	7	401	(168)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	13	218	(521)
Provisão para contingências trabalhistas	9	(90)	153
Variação nas contas de ativo e passivo			
Créditos a receber	5	(1.442)	(133)
Estoques	6	(128)	(236)
Ativo mantido para venda		155	(155)
Demais contas a receber		(158)	(104)
Outros ativos		5	(8)
Depósito e Caução Diversos		(5)	(60)
Depósitos Judiciais Trabalhistas		(2)	(12)
Fornecedores		865	600
Salários e encargos sociais	8	742	521
Obrigações Fiscais a Recolher		216	120
Outras Obrigações		(7)	-
Receitas Diferidas	10	7.638	154
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.395	5.545
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em aplicações financeiras	4	(2.627)	(654)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(7.879)	(2.015)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(10.506)	(2.669)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição de financiamentos e arrendamento mercantil		-	378
Amortização de financiamentos e arrendamento mercantil		(113)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(113)	378
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		4.776	3.254
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.029	7.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	15.805	11.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Superávit / (déficit)	Total do patrimônio social
Saldos em 1º janeiro de 2009		19.023	1.047	(200)	19.865
Transferência para patrimônio social		(200)	-	200	-
Realização da reserva de reavaliação	12	197	(197)	-	-
Superávit do exercício		-	-	3.352	3.352
Saldos em 31 de dezembro de 2009		19.020	845	3.352	23.217
Transferência para patrimônio social		3.352	-	(3.352)	-
Realização da reserva de reavaliação	12	197	(197)	-	-
Superávit do exercício (Ajustado)		-	-	2.873	2.873
Saldos em 31 de dezembro de 2010		22.569	648	2.873	26.090
Transferência para patrimônio social		2.873	-	(2.873)	-
Realização da reserva de reavaliação	12	197	(197)	-	-
Superávit do exercício		-	-	5.241	5.241
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		25.639	451	5.241	31.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 (em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer ("GRAACC" ou "Entidade") foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Associação Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio a suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos, o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Botucatu, 743, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.
Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde (SUS), convênio médico e particular) e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados válidos:
- Título de Utilidade Pública Federal no 16.189/97-31, de 28 de agosto de 1997.
- Título de Utilidade Pública Estadual no 1335 /2010
- Título de Utilidade Pública Municipal no 36.726, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 227/2009, vencimento 30 de abril de 2012.
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no 44006.000118/1997-13.
- Certidão do CNAS no 7020839/2009-93.
- CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, vencimento 08 de agosto de 2014.

Em 2007, o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e os adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.
Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo, à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu uma cisão parcial da Entidade em 31 de julho de 2006, criando uma nova associação decorrente desta cisão, denominada Associação Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de abril de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado. A Entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas :
- Nota 5 – Créditos a receber – Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 9 – Contingências trabalhistas

f. Correção de erro de exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, originalmente emitidas em 29 de abril de 2011, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência da correção do registro de doação de terreno recebido da Prefeitura Municipal de São Paulo pelo valor justo de R$ 4.447 para construção de um novo anexo hospitalar, uma vez que tal doação havia sido registrada pela Entidade diretamente contra a demonstração de superávit do exercício, na rubrica de outras receitas (despesas) líquidas, no momento do recebimento do terreno.
Conforme estabelece o CPC 07 - Subvenções e Assistência Governamentais, uma subvenção governamental relacionada a ativo não depreciável deve ser reconhecida como receita ao longo do período para confronto com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Dessa forma, a Entidade deveria ter reconhecido o terreno recebido em doação, cujo valor justo foi determinado com base na metragem doada em relação ao seu respectivo valor de mercado na data da doação, como receita diferida e, após o término da construção do anexo hospitalar, condição estabelecida pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a doação do terreno, reconhecer no resultado a receita diferida no mesmo prazo de depreciação do ativo imobilizado correspondente que será construído sobre o terreno, em atendimento a CPC 07, parágrafo 18.
Pelo fato da obra do anexo hospitalar ainda estar em andamento, não há efeito de despesa de depreciação associado a esse ativo até o momento, nem o respectivo reconhecimento da receita nos resultados dos anos de 2010 e 2011.
Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações financeiras reapresentadas, ressaltando que não houve alterações em contas de ativo e que as alterações ocorreram somente em contas do passivo e resultado do exercício de 2010. Esta correção de erro não afeta o balanço de 31 de dezembro de 2009, que não sofreu modificação em relação ao originalmente emitido.

Passivo	31/12/2010	Ajuste	31/12/2010 Ajustado
Total do passivo circulante	7.175	-	7.175
Contingências trabalhistas	442	-	442
Financiamentos	252	-	252
Receitas Diferidas	-	4.447	4.447
Total do passivo não circulante	694	4.447	5.141
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	22.569	-	22.569
Reservas de reavaliação	648	-	648
Superávit do exercício	7.320	(4.447)	2.873
Total do patrimônio líquido	30.537	(4.447)	26.090
Total do passivo e patrimônio líquido	38.406	-	38.406

Demonstrações de superávit	31/12/2010	Ajuste	31/12/2010 Ajustado
Receitas líquidas com serviços prestados	14.726	-	14.726
Custos hospitalares	(31.017)	-	(31.017)
(Déficit) bruto	(16.291)	-	(16.291)
Despesas administrativas	(4.150)	-	(4.150)
Outras receitas (despesas) líquidas	27.610	(4.447)	23.163
Outros perdas líquidas	(457)	-	(457)
Superávit operacional	6.712	(4.447)	2.265
Financeiras líquidas	608	-	608
Superávit do exercício	7.320	(4.447)	2.873

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2010	Ajuste	31/12/2010 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício	7.320	(4.447)	2.873
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Depreciação e amortização	2.057	-	2.057
Valor residual do ativo imobilizado baixado	464	-	464
Doação de Bens do Imobilizado	(4.615)	4.447	(168)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(521)	-	(521)
Provisão para contingências trabalhistas	153	-	153
Variação nas contas de ativo e passivo	687	-	687
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.545	-	5.545
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.015)	-	(2.015)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	378	-	378
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.908	-	3.908
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.339	-	8.339
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.247	-	12.247

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade, exceto conforme comentado na nota explicativa 2(f), que trata das correções nas políticas contábeis.

a. Instrumentos financeiros

I. Ativos financeiros não derivativos
A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual aparentemente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

II. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

III. Recebíveis
Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

IV. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

V. Passivos financeiros não derivativos
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.
Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras obrigações.

VI. Instrumentos financeiros derivativos
Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2011 e 2010.

b. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao valor de reavaliação de bens efetuada em setembro de 2002, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.
A Entidade promoveu a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em setembro de 2002, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R$ 2.297. O registro contábil teve como contrapartida a conta "Reserva de reavaliação" no subgrupo do patrimônio social.
Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época, uma nova reavaliação deveria ter sido procedida a cada 4 anos. Entretanto, a Entidade decidiu por não efetuar essa nova reavaliação como também não adotou o custo atribuído no balanço de transição em atendimento a Lei 11.638/07.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.
Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edificações	25 - 52 anos
Máquinas	5 - 26 anos
Móveis e utensílios	10 - 16 anos
Veículos	5 - 12 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	4 - 21 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20 anos

c. Ativos intangíveis

Os softwares que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativos é de 5 anos.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.
Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

e. Ativos diferidos

O ativo diferido, formado até 31 de dezembro de 2008, principalmente por despesas pré-operacionais, é amortizado no período de até cinco anos. A Entidade decidiu pela manutenção do ativo diferido até o término de sua amortização. Não houve adição ao ativo diferido após 31 de dezembro de 2008.

f. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

I. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

II. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

III. Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.
A administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável no período corrente e comparativos.

h. Benefícios a empregados

I. Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i.Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j. Receitas

I. Serviços
A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente.

II. Doações
As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, consequentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos. As doações são advindas de ações de telemarketing efetuadas pela Entidade, pessoas físicas e jurídicas e eventos.

III. Subvenção governamental
Os recursos monetários obtidos com a celebração e a execução de convênios para custeio de programas assistenciais entre outras entidades governamentais e o GRAACC são registrados na conta bancos em contrapartida de receita diferida em conta patrimonial do passivo. Essa receita é lançada no resultado quando do registro da despesa relacionada ao custeio de programas assistenciais.
Os recursos não monetários recebidos são registrados como ativo não monetário (ativo imobilizado) também em contrapartida de receita diferida, sendo lançado ao resultado quando as condições estabelecidas na respectiva doação são atendidas. No caso específico do terreno recebido em doação da Prefeitura de São Paulo, a receita diferida será lançada no resultado no mesmo prazo da depreciação do ativo imobilizado correspondente. Os bens não monetários são registrados pelo seu valor justo na data da respectiva doação.
Os registros das subvenções monetárias e não monetárias são efetuados em conformidade com o CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2011	2010	01/01/10
Caixa - Fundo Fixo	5	6	3
Bancos conta movimento	2.507	2.996	3.515
Aplicações financeiras	13.138	9.245	4.821
Total	19.650	12.247	8.339
Caixa e equivalentes de caixa	15.805	11.029	7.775
Aplicações financeiras	3.845	1.218	1.064

As aplicações financeiras são representadas por Fundos de investimento a curto prazo (FIF), com rendimentos auferidos pro rata temporis entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e poupanças com rendimento auferidos pela TR. A exposição da Entidade a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 13.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	2011	2010	01/01/10
SUS/Hospital São Paulo	1.827	1.648	1.323
Convênios	2.080	1.052	1.313
Particulares	-	-	5
Cheques pré-datados	617	402	308
Total	4.524	3.082	2.949
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(353)	(135)	(656)
Total	4.171	2.947	2.293

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 13.

6. ESTOQUES

	2011	2010	01/01/10
Materiais hospitalares	915	911	999
Medicamentos	1.364	1.240	915
Total	2.279	2.151	1.914

7. IMOBILIZADO - Movimentação do custo 31/12/2010 a 31/12/2011

	31/12/2010	Aquisições/ doações	Transf.	Baixas	31/12/2011
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	7.660	-	-	(7)	7.654
Máquinas e equipamentos	782	67	-	-	848
Móveis e utensílios	1.136	96	-	(10)	1.221
Veículos	234	-	-	-	235
Instrumentos aparelhos médicos	9.828	321	482	(25)	10.605
Instalações	457	1	-	-	458
Benfeitorias	607	570	(217)	-	961
Equipamento informática	1.414	226	36	(32)	1.643
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	3.096	-	51	-	3.147
Construção em andamento	372	6.201	166	-	6.739
Importação em andamento	-	798	(518)	-	280
Total	30.846	8.280	-	(74)	39.051

Movimentação da depreciação - 31/12/2010 a 31/12/2011

| | 31/12/2010 | Aquisições/ doações | Transf. | Baixas | 31/12/2011 |